



JUSTIÇA E NÃO-VIOLÊNCIA

20 MAR 1996

Órgão Informativo do Serviço Paz e Justiça

Brasil viola direitos das crianças



Arquivo MS

Senhores governantes, como vão os senhores? Devem estar bem. Mas o que eu quero saber é por que os senhores não dão um abrigo para as pessoas que precisam? Isso se chama injustiça e que os senhores são muito maus. Os senhores tinham que fazer uma reforma agrária e tinham que repartir tudo para acabar com a fome o desemprego, o desabrigo e isso ia tirar muitas pessoas da rua e da miséria.

Eu sei que os senhores são capazes de fazer isto, os senhores têm muitas coisas para fazer. Mas se os senhores fizerem isto eu fico muito grato com os senhores, eu confio nos senhores muito, mas os senhores não sabem o que significa isto para as pessoas e também têm que parar com a guerra. O mundo está ruim mas, quando isto tudo acontecer o mundo terá paz e tudo terá calma e não vai existir a violência, o mundo terá paz.

Espero sua resposta.

Paulo Victor - 9 anos - 3ª Série

**Ocupação
Norte
Americana
no Panamá**
Pg. 05

**E os
Direitos
Humanos
como estão?**
Pg. 06 e 07

**Memória de
Mário
Carvalho de
Jesus**
Pg. 09

O SERPAJ pede desculpas pelo atraso do Informativo JNV e espera que o seu novo projeto gráfico contemple seus leitores.

EDITORIAL

A LENTIDÃO DO ESTADO NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

A tentativa de fazer uma análise sobre os direitos humanos no Brasil, nos aspectos da sua defesa e da sua implementação, deverá sempre considerar como essencial a cultura da sociedade brasileira e sua organização, sua estrutura.

Apesar de vivermos há uma década longe das tristes experiências de regime militar autoritário, ainda não superamos práticas como a violência autoritária e a hierarquia dominadora. A cultura social admite atos violentos contra o ser humano e o Estado mantém intacto um sistema injusto e inoperante.

O índice de criminalidade, de seqüestros, de assaltos com mortes abala as principais cidades do país. O ano de 1995 apresenta um alto índice de mortes por crimes acontecidos no dia a dia da sociedade. Hoje, pelo que indicam os dados, a maior violência não é mais aquela organizada pelo Estado autoritário, mas pela própria população. A consciência das pessoas baseada na educação violenta, resulta em dados como estes e, inevitavelmente, tornam a luta pela defesa dos Direitos Humanos mais lenta.

Contudo, esta realidade não isenta o Estado de ser o responsável pela violência social. Ademais, recai sobre ele a violência da fome (é de sua competência enfrentá-la), da má distribuição da terra, da falta de garantias de sobrevivência e da impunidade. O Estado tem um compromisso inadiável de garantir os direitos constitucionais, vigentes desde 1988, e de respeitar os acordos internacionais assinados e referendados pelo Brasil.

Soma-se à cultura social, à política violenta e à omissão ou incapacidade do Estado na solução e enfrentamento da violência, a impunidade dos crimes cometidos pelos próprios funcionários do Estado e dos crimes cometidos por pistoleiros e grupos paramilitares. Este quadro aumenta a desigualdade perante a lei, enfraquece a democracia e traz insegurança para os cidadãos.

Expediente

Responsáveis pela produção:

Maria da Penha Félix e
Ângela Stanguerlin

Revisão jornalística:

Jeda Casalcante

Apoio:

União Europeia

Ilustração:

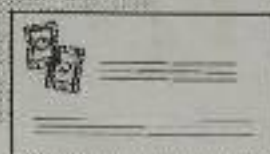
Isaiah

Editoração eletrônica:

Márcio Bras e Dorianir Jr.



Tel: (061) 226.2194



Cartas

Objetores

Olá!

Somos dois insubmissos (objetores de consciência ao serviço militar e ao civil) presos no presídio de Zaragoza, Espanha.

Acreditamos e lutamos pela abolição dos exércitos, por uma sociedade desmilitarizada, solidária e igualitária.

Estamos condenados a 28 meses de prisão, como os mais de 300 companheiros espalhados em diferentes presídios do país. Em Zaragoza somos 30 divididos em diferentes seções (alguns saem durante o dia várias horas) e fomos os encarregados de escrever quatro linhas, a respeito das esperanças, lutas, sonhos e realidades.

Ânimo. Recebam abraços e beijos muito carinhosos.

Sergio e Manuel

C.P. Zaragoza

Avd. America, 30

50001 Zaragoza - Ed. Espanhol

Serpaj Núcleo Itamaraju

Em um bairro de ocupação fundado em 91 por um membro do Serpaj, onde reside 300 famílias, o Serpaj Itamaraju - com a participação de Veronika membro do Serpaj de Teixeira de Freitas - deu início a mais uma Escolinha da Paz. Durante a construção, houve uma grande resistência da prefeitura contra a construção. Até convocaram a polícia para prender Raniere, coordenador do núcleo Itamaraju, que lá se encontrava junto com algumas pessoas em multi-rua trabalhando. Com a chegada da polícia a população junta a outros membros do Serpaj, Edmilson Pires, Damião Dias, abriu-se um canal de negociação o resultado foi a permissão da prefeitura para construção da escola.

O Serpaj Itamaraju vem desenvolvendo um trabalho de alfabetização de adultos e crianças. A escola conta com 27 crianças e 20 adultos, possibilitando aos educandos não só ler, escrever e contar, mas despertar para a leitura crítica da realidade e tomar consciência de que é também sujeito histórico, que constrói a cidadania conhecendo mais, participando e transformando esta realidade.

Meiricley Alves

CAMPANHAS

CAMPANHA NACIONAL CONTRA OS BRINQUEDOS DE GUERRA

*Acredite. Uma arma de brinquedo,
um dia, pode fazer muita
gente chorar de verdade.*

É com este lema que o SERPAJ/Brasil dá início a Campanha Nacional contra os Brinquedos de Guerra, que é dirigida aos pais para que não comprem brinquedos que incitem a violência aos seus filhos. Também para as crianças para que, desde pequenas, consigam distinguir entre uma brincadeira saudável e o desrespeito a vida humana através da violência. A Campanha visa igualmente atingir os fabricantes e comerciantes destes brinquedos, para que criem brinquedos mais pedagógicos, educativos e que propiciem uma formação solidária e uma consciência de respeito a dignidade humana.

Esta Campanha será desenvolvida durante todo o ano de 1996 e constará de diversas atividades que estão sendo programadas com a intenção de sensibilizar todos os segmentos sociais para a problemática da violência e, eliminar suas causas. O SERPAJ buscará

adesão de todos os interessados e desenvolverá a campanha em parceria com os interessados, sejam pessoas físicas ou jurídicas, pois todos terão uma participação especial.

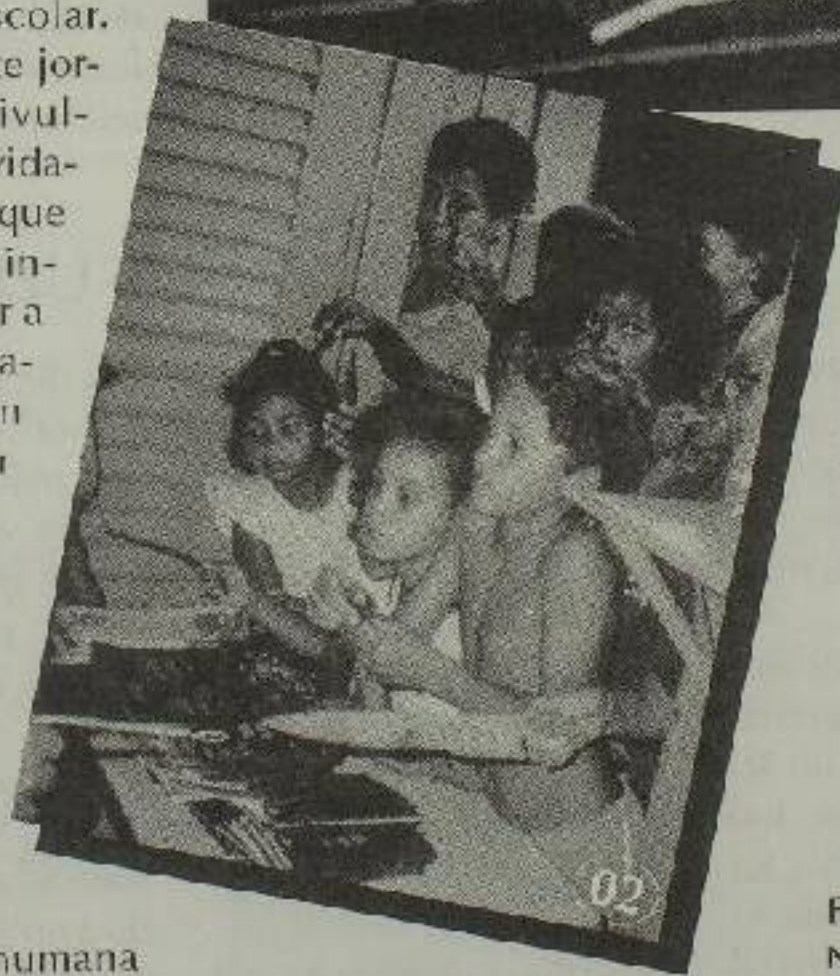
Aconteram algumas atividades como a arrecadação de brinquedos bélicos que, em seguida, foram trocados por brinquedos educativos, bonecas, bolas, material escolar. Na sequência deste jornal, estaremos divulgando todas as atividades e as adesões que conseguirmos dos interessados em virar a página de um passado violento e, em seu lugar, construir a vida e a paz.

Não podemos aceitar que as pessoas sejam levadas através de uma ideologia imposta, a aceitarem a morte, a mutilação e a miséria humana como forma de resolver conflitos.



01

Foto (01)
Brinquedos violentos trocados por minigames, bonecas, carros e material escolar.



02

Foto (02)
Núcleo de Samambaia realiza a troca da Paz no Gama.



**BRINCAR DE MATAR NÃO É BRINCADEIRA.
VENHA VOCÊ TAMBÉM ENGROSSAR ESTA LUTA.**

OBJETORES DE CONSCIÊNCIA ANALISAM O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS NA AMÉRICA LATINA

Aconteceu no Chile, durante o mês de outubro/95 o II Encontro Latino Americano de Objeção de Consciência. O SERPAJ/Brasil foi representado por duas pessoas que representaram os regionais Sul e Sudeste.

A partir de uma análise da situação sócio-econômica ora enfrentada por este continente, detectaram-se várias contradições que precisam ser enfrentadas através da organização popular comprometida com a transformação social. Pois, existe uma realidade injusta e excludente que se caracteriza no setor econômico pela supremacia do modelo de desenvolvimento neoliberal e a globalização da economia como processo de homo-

geneização da sociedade em benefício do mercado imposto pelos grupos econômicos nacionais e internacionais, sem respeitar a pessoa humana. No campo político, é assegurada a existência das democracias formais, com forte manipulação cultural com a finalidade de manter a dominação.

Sendo as FFAA aliadas aos poderes políticos e econômicos, são também, parte ativa de um sistema opressor desenvolvido com preconceitos e valores destrutivos; como autoritarismo, machismo, racismo e outros, que mantêm a injustiça, a obediência cega, a desigualdade social, os conflitos étnicos, dentre outros.

Diante desta realidade,

a Rede Latino Americana de Objeção de Consciência -ROI- aponta alguns princípios para atuação neste continente com o objetivo de transformar esta realidade de dominação trabalhando especificamente pela desmilitarização da sociedade. São eles:

A vigência dos Direitos Humanos deve ser entendida como filosofia e promoção de uma cultura de vida, assegurando fatores básicos de convivência e de respeito mútuo;

O direito à liberdade de consciência. A objeção de consciência é a expressão mais clara deste direito, entendida como uma postura ética, coletiva e política de não colaboração com os instrumentos utilizados no militarismo: FFAA, gastos

militares, conflitos armados, violência contra pessoas humanas e contra a natureza;

A valorização de nossa diversidade a partir de uma convivência de tolerância, reconhecendo as diferenças culturais, ideológicas, etc;

Desenvolvimento de relações sociais justas, com a distribuição equitativa de riquezas onde todas as pessoas possam satisfazer as suas necessidades básicas;

A solidariedade deve ser um princípio libertador e mobilizador social;

Igualdade de gênero. As mulheres e os homens são pessoas humanas iguais em direitos e dignidade, portanto, devem trabalhar em conjunto para abolir a escravidão e a opressão.

REGIONAL SUDESTE

Companheir@s estamos aproveitando o momento neste espaço democrático, para resgatar um pouco da nossa história.

Hoje fazem três anos que Antônio Francisco Soares Honório, Luis Jerônimo dos Santos, José Carlos Ferreira Silva, Ramundo Cassiano de Assis, Norberto Ribeiro Silva e Iligênia Maria Luis de Oliveira, todos membros e coordenadores de núcleos de base do SERPAJ, Regional Sudeste (São Paulo), foram presos sob a acusação de formação de quadrilha,

invasão de terra, etc, ficando presos por 42 dias.

Esta foi mais uma tentativa que as elites e seus representantes do poder local, usaram para calar a boca dessas pessoas e, com isto, tentar desmobilizar a organização da grande maioria, impossibilitando assim, o resgate de sua história.

Companheir@s, a construção da democracia social, política, econômica e religiosa é difícil, mas não é impossível. Tod@s temos que contribuir. Porém, não existe democracia sem reforma agrária e urbana como forma de ampliação

dos direitos dos excluídos.

Mas, no momento em que mais precisávamos tivemos a solidariedade de vários grupos sociais, religiosos, políticos e cultural. Hoje a situação se repete, e várias entidades manifestam sua solidariedade conosco, enviando cartas para as autoridades pedindo a nossa absolvição, pois estamos na fase terminal deste processo, aguardando o parecer do Ministério Público, através de sua representação local para que os nossos advogados, Edinéia Bueno Brandão, Paulo Murad, Roberto Askcar e Márcio Tomás Bastos,

possam manifestar-se.

Companheir@s o ano de 1996, será de grandes manifestações políticas e sociais, pois as mudanças que queremos terão que ser acompanhadas de grandes mobilizações nacionais.

Norberto Ribeiro Silva
Coordenador do Regional Sudeste

"A minha preocupação não está em ser coerente com as minhas afirmações anteriores sobre determinado problema, mas em ser coerente com a verdade".

Gandhi

SERPAJ CONVOCA O MUNDO PARA LUTAR CONTRA A OCUPAÇÃO MILITAR NORTE AMERICANA NO PANAMÁ

O Serviço Paz e Justiça - SERPAJ/Panamá dirige-se à comunidade nacional e internacional com o objetivo de conseguir adesões à luta contra as forças militares dos Estados Unidos presentes neste país.

Desde o início do século atual, a presença militar estadunidense no Panamá tem se transformado num dos fatores mais negativos para o desenvolvimento integral e a consolidação da independência do povo panamenho como nação plenamente soberana.

Agressões diretas internas e internacionais, transculturação, contaminação tóxica e prejuízos econômicos incalculáveis são alguns dos efeitos conseqüentes da permanência destas tropas presentes no país em 10 bases militares e centros de treinamento militar.

Os Tratados do Canal do Panamá de 1977 estabelecem um retiro gradual e progressivo das forças militares estadunidenses que deve ser concluído em 31 de dezembro de 1999, e a reversão das instalações físicas do Canal e áreas adjacentes à República do Panamá.

Após o desenvolvimento de uma campanha interna baseada no levantamento de opiniões carentes do mínimo rigor técnico, os governos do Panamá e Estados Unidos anunciaram o início das conversações exploratórias com o objetivo de aumentar a permanência das bases militares, além do pautado nos Convênios do Canal. Isto apesar dos prejuízos decorrentes de tão grave acontecimento.

Em virtude do acima descrito, faz-se um chamado a todas as pessoas e organizações que possam solidarizar-se com esta causa, que enviem correspondências ao Presidente do Panamá, Sr. Ernesto Pérez Balladares solicitando:

1. Suspender de forma permanente e definitiva qualquer tipo de encontro para negociar a presença de tropas ou bases militares depois do ano 2000;
2. Realizar todos os esforços necessários a fim de que o governo dos Estados Unidos concretize a limpeza de todas as instalações e devolva à República do Panamá, eliminando assim, todo perigo de contaminação dos habitantes deste território, tal como o contempla o Tratado de 1977.

Dr. Ernesto Pérez Balladares

Presidente da República do Panamá

Palacio de las Garzas - Panamá

Fax: 507-227-0076

*Na Democracia
prevalecem a
liberdade e
auto-determinação
dos povos*

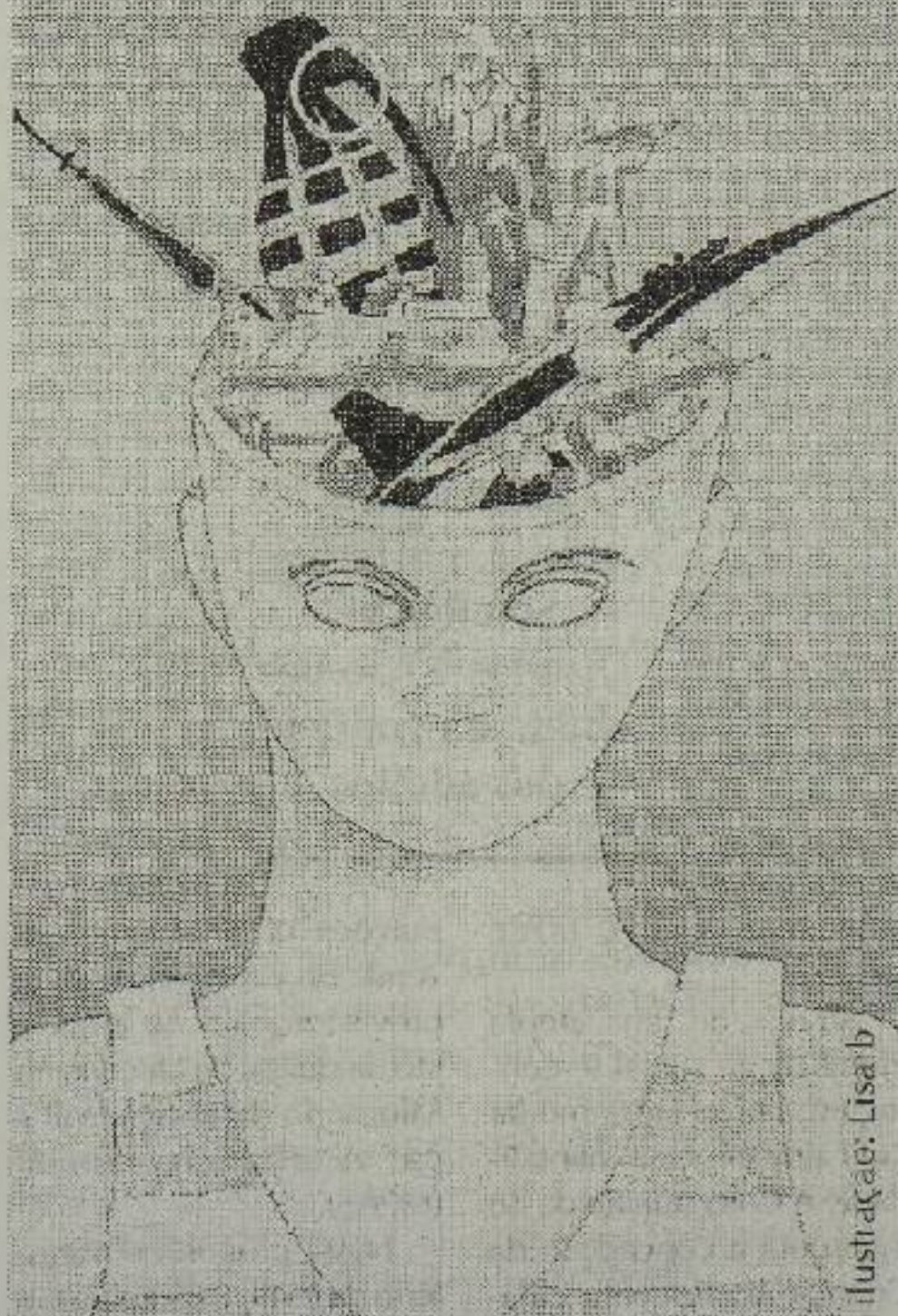


Ilustração: Lisab

Direitos

Para Onde Foi a Criança e o Adolescente no Governo de FHC?

* José Antônio Muroni

Não restam dúvidas que tivemos avanços significativos, nos últimos anos, na área da criança e do adolescente.

O principal foi a mudança de concepção. Para entendermos essa mudança, podemos fazer um exercício mental. Quando falamos a palavra "menor" o que vem nas nossas mentes? A criança mal trapilha, negra, que está fora da escola, em fim a pobre. Nessa concepção existia o menor, que estava numa situação irregular, e a "criança", filha de classe média, a branca. Para o "menor" se oferecia as instituições fechadas e que geralmente eram de confinamento. Para as "crianças" eram oferecidas as políticas sociais (educação, saúde, lazer, etc).

Através de uma ampla mobilização social se conseguiu, a nível legal, mudar radicalmente essa mentalidade. A Constituição de 88 incorpora a concepção da Criança-Adolescente cida-

dã, portanto, Sujeitos de Direitos e não um objeto da vontade dos adultos, como era no "Código de Menores". O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) regulamentou principalmente os artigos 227 e 228 da Constituição Federal.

Nessa nova concepção há necessidade de uma reorganização, um reordenamento da política de atendimento. Uma das diretrizes dessa nova política, é a descentralização política-administrativa e a municipalização do atendimento.

A Constituição de 88 incorpora a concepção da Criança-Adolescente cidadã, portanto, Sujeitos de Direitos e não um objeto da vontade dos adultos

A partir dessas diretrizes que analisamos o governo FHC. No primeiro dia de seu mandato, emitiu a Medida Provisória 813, onde extinguiu a LBA e a FCBIA. Dois dos órgãos que tinham atribuições na área infanto-juvenil. Essa mesma medida provisória colocou a questão da defesa de Direitos no Ministério da Justiça (MJ) e da Assistência Social (MPAS).

Nessa proposta o Ministério da Justiça assumiria um

caráter de Defesa da Cidadania, o que concordamos. Só que o MJ até o momento não assumiu esse papel, e ao que parece, não está disposto a assumir, pois até o momento não deu passos concretos nessa direção. Para se ter uma idéia, o Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), que é o órgão de deliberação da política nacional, composta de forma paritária e ligado ao Ministério da Justiça, passou todo o ano de 95 sem a representação do Ministério. Um vazio foi criado entre o Conselho e o próprio governo federal sem interlocutor. Em resumo, o governo federal não tem interlocutor na área da criança.

Outra leitura que podemos fazer é que o governo FHC entendeu a necessidade do reordenamento, apenas como extinção de órgãos e não como uma reorganização do Estado para atender uma nova concepção do atendimento à população infanto-juvenil.

O que se percebe é um vazio enorme na área da criança no governo federal. Parece que o governo está compreendendo as diretrizes de descentralização e municipalização como uma "desresponsabilização" do governo federal. E não é isso. O que essas diretrizes

colocam é que a execução do atendimento e a decisão sobre essa execução não é do governo federal e sim dos estados e municípios.

Mas, cabe à esfera federal, ter uma Política Nacional de Defesa de Direitos de Criança e Adolescente, articulada com as estaduais e municipais, com normas e responsabilidades claras. Cabe, também, a esfera federal parcelas de financiamento dessa política. Pois sem recursos não há como implementar uma política.

A nível do governo federal o ano de 95, na área da defesa de direitos da criança e do adolescente, foi um ano perdido. Muito será necessário fazer em 96 para recuperar esse tempo. A nomeação da nova secretária dos Direitos e Cidadania, Sr.^a Alayde Sant'anna, traz um alento, uma esperança.

Mas uma coisa é certa num país com a dívida social que temos com a população infanto-juvenil, nenhum governo poderia se dar o direito de perder tempo. Perder tempo significa perder "vidas". E infelizmente, essas "vidas" coíadas, perdidas não se pode recuperar.

* Membro da coordenação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

Humanos

Perspectivas Para 1996

**Victor Carvalho Pinto*

A luta pelos direitos humanos tem uma agenda cheia para o ano de 1996. O ano promete novidades importantes. Depois de um começo indefinido, o governo FHC só começou a definir uma política consistente no segundo semestre de 1995. Haveria-se um projeto sobre os mortos e desaparecidos políticos, que foi rapidamente aprovado pelo Congresso Nacional. O Ministério do Trabalho iniciou ações concretas de combate ao trabalho escravo. O CDDPH (Conselho de Defesa do Direito da Pessoa Humana do Ministério da Justiça) voltou a reunir-se com regularidade. No dia 7 de setembro, o presidente da República fez um discurso centrado nos direitos humanos, caracterizados como continuidade da luta pela liberdade e pela democracia. No final do ano, nova ofensiva foi lançada, com a sanção da lei dos desaparecidos, a concessão do prêmio dos direitos humanos e o anúncio do plano de direitos humanos. Apesar disto, nada foi feito para implementar o departamento de direitos humanos na polícia federal ou para garantir a demarcação das terras indígenas.

As iniciativas do governo se explicam pela pres-

são da sociedade. O Ministro da Justiça esteve constantemente no Congresso Nacional, convocado por várias comissões, para dar satisfação de suas ações. A sociedade civil esteve sempre presente, cobrando medidas concre-

Comissão Interamericana será apresentado à Assembleia Geral da OEA. Ainda que o relatório reconheça o esforço do governo, não poderá deixar de constatar a absoluta ineficácia destas medidas, resultando em índices espantosos de impu-

geriu ao governo a realização de uma conferência de direitos humanos para discutir o plano.

A pauta também é extensa no Congresso Nacional. É preciso mobilização da sociedade para aprovar projetos importantes como a tipificação do crime de tortura, a proteção de testemunhas, a reformulação do CDDPH, a repressão do trabalho escravo, a descriminalização da ocupação pacífica de terras ociosas, o julgamento de policiais militares pela justiça comum, a ratificação das convenções contra a pena de morte, o desaparecimento forçado e a violência contra a mulher. É preciso também ficarmos atentos para derrubar as propostas retrógradas, como a redução da idade de imputabilidade penal e redução das terras indígenas. No plano internacional, o governo tem que ser pressionado a aceitar a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos e assinar o Protocolo Facultativo ao Pacto de Direitos Civis e Políticos, que prevê o direito de petição individual junto ao Comitê de Direitos Humanos da ONU.

Como se vê, trabalho não falta. Mãos à obra!

** Assessor da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados*



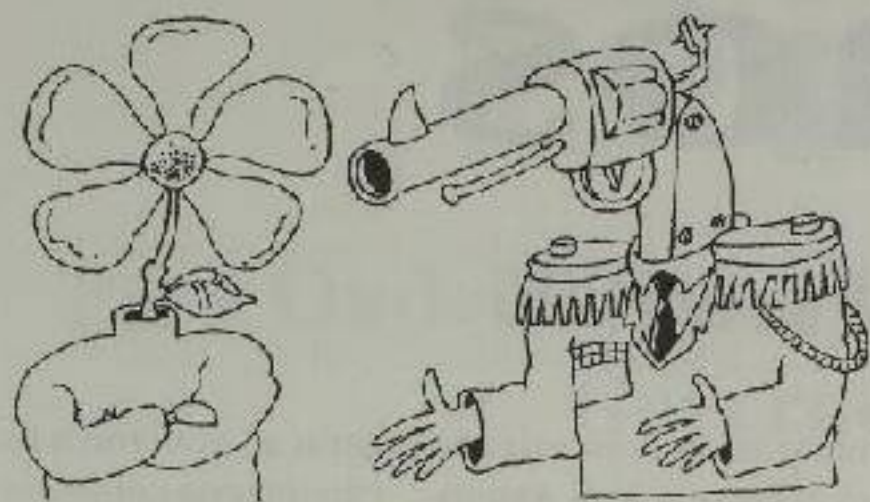
tas para o fim da impunidade. A imprensa deu cobertura intensa a casos específicos. Igualmente decisiva foi a pressão de organizações internacionais, como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA), que fez uma inspeção *in loco* sobre a situação dos direitos humanos no Brasil.

Em 1996, o relatório da

nidade, assassinato de trabalhadores rurais, índios, crianças, homossexuais e outros segmentos vulneráveis.

A primeira versão do plano nacional de direitos humanos será apresentada no início do ano e deverá ser amplamente debatida pela sociedade. A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados su-

Militância Pela Paz e Pela Não-Violência



A intenção deste artigo, pensado com humildade e com sede de mudanças reais, é contribuir para o crescimento de uma consciência e uma prática norteadas pela não-violência e pela paz. Trata-se de uma valorização da ação "militante". A insistência pela Militância diária construirá uma cultura distinta da atual, cujos valores predominantes continuam sendo a opressão e o domínio de uns sobre os outros. É um caminho trilhado em direção à liberdade, à auto-gestão, à co-responsabilidade e à solidariedade.

A Militância pela paz e pela não-violência, que cada pessoa pode assumir, deverá considerar a atuação em dois níveis. O primeiro, que depende de vontade particular, deverá cuidar dos aspectos como pré-conceitos, possessividade, agressividade negativa, machismo, autoritarismo, etc. E em segundo lugar, esta Militância não terá repercussão concreta se não for considerá-la a atuação em áreas como Direitos Humanos, Política (não necessariamente partidária), Vida Democrática, Socialização, Educação Popular, etc.

A violência é uma marca registrada da atual soci-

edade, perpassando nas relações interpessoais e na estrutura social determinantemente injusta. A forma como a sociedade está organizada hoje evidencia a violência da miséria, da má distribuição da terra, da violência policial, do desrespeito às crianças e adolescentes explorados sexualmente pela corrupção e pela impunidade.

Direta ou indiretamente, a violação à vida deve ser enfrentada com ações concretas, pequenas ou grandes, porém marcantes e desencadeadas por cada um.

Contudo, para se poder agir com princípios, táticas e estratégias não-vio-

Outro aspecto a ser considerado para uma eficaz militância não-violenta é a superação de nosso conservadorismo.

lentas e pacifistas, é importante que a prática espontânea seja definitivamente abandonada. É preciso conhecer, estudar, praticar e viabilizar o potencial desta ação.

Viver efetivamente pela paz, pela justiça social, pelos direitos humanos requer esforço, conhecimento e desejo de mudança. Do contrário, as respostas à agressão, à violência e ao desrespeito serão do mesmo nível, comuns e banalizadas.

A resolução dos conflitos sociais existentes acontecerá a partir do momento em que assumirmos lutas concretas pelo fim das violações de direitos humanos e promovermos uma nova prática e uma nova forma de fazer política e de convivência social.

Normalmente, tende-se a considerar a não-violência uma prática passiva e, por isso, dela tem se aproximado pessoas com conceitos e práticas atrasadas e anti-revolucionárias. Para superar isto, é preciso compreender que a não-violência exige um grau elevado de agressividade positiva, uma constante ação direta contra a injustiça e a dominação e um treinamento constante de mobilização ativa nos dois níveis citados.

Cruzar os braços num emprego, por exemplo, é uma tática de não-cooperação que visa romper com determinada injustiça. Jamais poderá ser entendida como permanecer alheio ao conflito existente. A inatividade de um "não-violento" não indis põe o adversário político e, consequentemente, jamais eliminará a injustiça e a violência. Ao contrário, se a ação não-violenta atingir diretamente o poder estabelecido estará caracterizada a

Com isto, um militante não-violento deverá considerar até que ponto está interferindo nos locais onde são determinadas as políticas sociais

capacidade de se conseguir mudanças concretas.

...e, principalmente, como sua prática contribui para a superação de valores humanos conservadores.

A militância não-violenta pode e deve dar respostas aos problemas sociais, ainda que isto leve muitos anos de treinamento. Importa marcar presença em ações visíveis, com repercussão social. A ordem social pode mudar, contudo, se não houver a superação da exploração dos seres humanos, jamais haverá paz e liberdade.

Militância consiste essencialmente em tomar nas mãos a dignidade e jamais permitir que pisem nossa existência e a de nossos companheiros e companheiras. Não parar, não deixar que nos parem, auto-gestionar nossa vida e superar o medo.

Norberto Chemin

Referente Nacional do Programa LA de Direitos Humanos

Serpaj/Brasil Lamenta Perda De Grande Líder Não-Violento

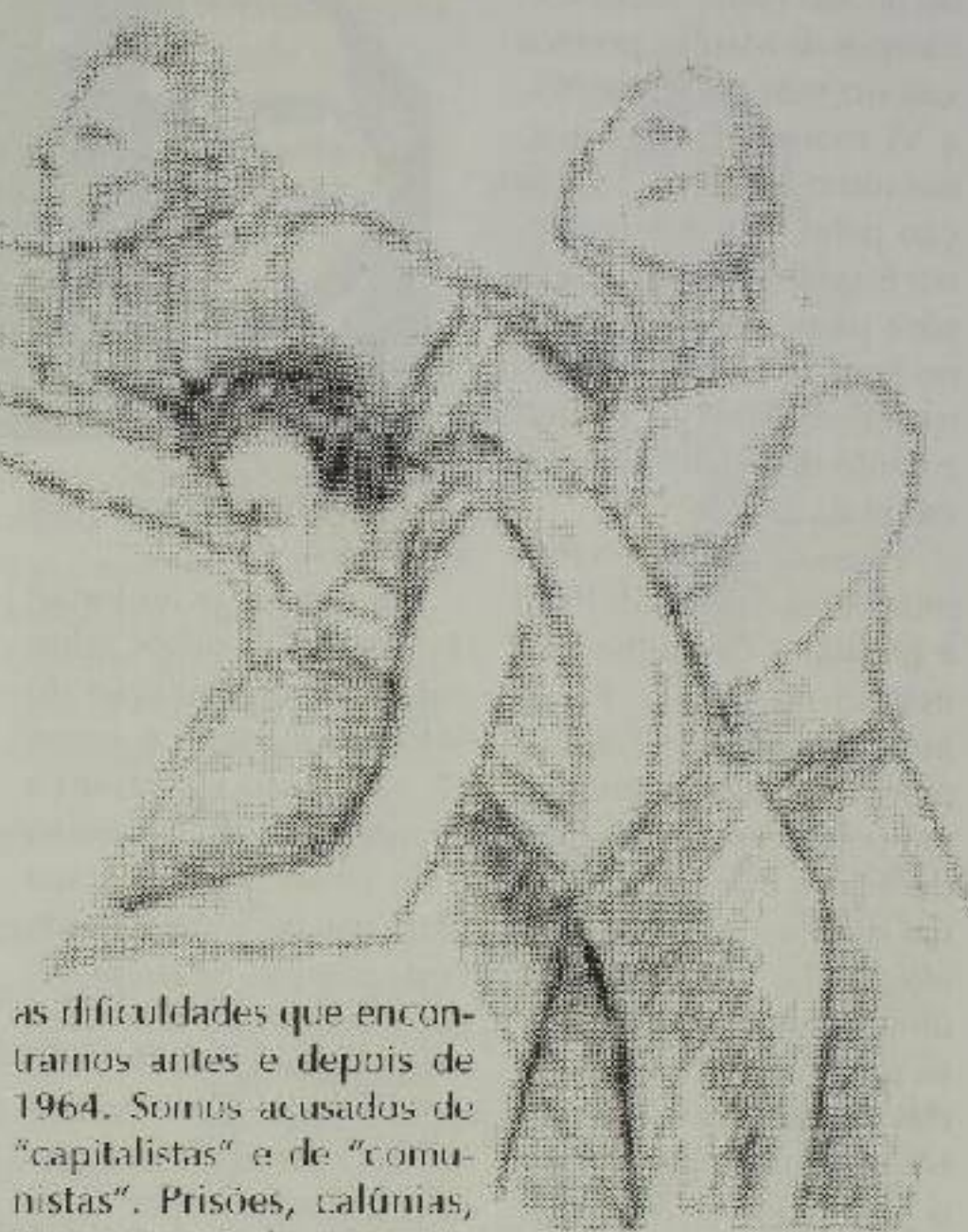
"A não-violência ativa, ou firmeza permanente, é um teste para todo cristão, todas as Igrejas, todas as religiões, todos os homens de boa vontade, ainda que não pratiquem religião, mas que creiam na dignidade do homem".

Mário C. Jesus

Insistir pela Verdade é o primeiro mandamento de uma pessoa que assume a Não-Violência Ativa como princípio norteador de sua vida e como forma de transformação social. A Não-Violência exige compromisso e heroísmo dos seus militantes. O heroísmo que falamos é o heroísmo construtivo, persistente, baseado no amor pela defesa da Vida Plena.

Este foi o perfil de um dos nossos fundadores: Mário Carvalho de Jesus. Advogado de classe média, foi convidado para trabalhar com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Cimento, Cal e Gesso de São Paulo onde encontrou uma situação de extrema injustiça cometida pelo Grupo Abdalla contra os trabalhadores que esta-

vam dominados pelo medo e pela desconfiança na organização sindical. Em 1954, a única fábrica de cimento em São Paulo era a PERUS onde Mário iniciou um trabalho de conscientização dos operários. Obstinado "em descobrir novos meios para o engajamento social" e inspirado no Evangelho, este homem foi capaz de chegar às últimas consequências, desfazendo-se de bens patrimoniais (um carro, uma garagem e um terreno); enfrentando jurisdições, autoridades e amigos que não o entendiam para promover a organização social e o bem estar social de forma não-violenta. De acordo com as suas próprias palavras "O amor à verdade, me leva a lembrar tristes episódios para demonstrar



as dificuldades que encontramos antes e depois de 1964. Somos acusados de "capitalistas" e de "comunistas". Prisões, calúnias, temos suportado, mas sentimos que com o tempo a Verdade aparece".

A greve de PERUS foi desenvolvida com métodos não-violentos, onde participavam homens, mulheres e crianças, os quais foram denominados "queixadas" devido à sua forma de organização "sempre em grupo" para enfrentar os patrões e as leis injustas. Todos enfrentaram muitas dificuldades, muitas lágrimas rolaram, os sindicatos sofreram intervenções por parte do Estado, dois operários suicidaram-se e Mário sofreu em sua vida profissional, recebendo repreensões da Ordem dos Advogados do Brasil.

Esta experiência é a origem da organização sindical do país em nossa épo-

ca, é a origem da organização sistemática dos homens e mulheres para defenderem os seus direitos, seja no campo ou na cidade, o que importa é a dignidade da ação e a vontade de vencer.

O testemunho de vida de Mário Carvalho de Jesus, mostra-nos o quanto uma pessoa bem intencionada, com clareza de princípios e que acredita na força da união, pode fazer pelo bem da história da humanidade. A partir deste momento começa a sistematização das ações não-violentas no Brasil, dando-se também, a fundação do SERPAJ/Brasil.

Marcia da Penha Félix

Coordenadora Nacional
Do SERPAJ/Brasil

Conheci Mário Carvalho de Jesus pessoalmente em agosto/95. Estava um pouco debilitado fisicamente, porém, tinha uma lucidez incrível, perguntou pelos destinos do SERPAJ, pelas pessoas que conheceu e interessou-se em atualizar seu endereço para receber nossas publicações. Conheci também a sua companheira, Dona Nair, mulher de muita garra que o acompanhou em seu longo percurso. Mas, no dia 14 de dezembro/95, Mário Carvalho de Jesus, 86 anos, deixava-nos com uma saudade enorme e uma grande vontade de adquirir parte de sua audácia para fazer acontecer.

NÃO HÁ PAZ SEM LIBERDADE

A Universidade do Estado de São Paulo (UNESP) - câmpus de Marília, promoveu no mês de agosto/95, a VI Jornada Pedagógica, em torno do tema Educação pela Paz. Adolfo Perez Esquivel foi convidado para participar e recebeu, no final do evento, no Memorial da América Latina, o título de doutor honoris causa da UNESP.

Esquivel recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1980 e preside o Conselho Honorário do Serviço Paz e Justiça na América Latina e pertence a Liga Internacional pelos Direitos e Liberdades dos Povos e o Tribunal dos Povos contra a Violação das Crianças. Nos últimos anos, notabilizou-se pela intensa luta pelos direitos humanos, em missões internacionais contra o apartheid na África do Sul e em conflitos no Oriente Médio e na Bósnia e hoje dá ênfase aos menores abandonados e um acompanhamento especial aos processos que envol-



Adolfo Esquivel, Nobel da Paz, destaca a importância de aprofundar a Democracia e a luta pela Paz na América Latina.

vem os militares argentinos anistiados.

Em entrevista ao jornal da UNESP Esquivel falou como é a organização do SERPAJ/Argentina e como vê a ligação da criança abandonada da Argentina e do Brasil e sobre a sua participação na VI Jornada Pedagógica. Seguem alguns trechos da entrevista feita pela UNESP com Adolfo Esquivel:

"...O Serviço Paz e Justiça trabalha especificamente com entidades de base, tentando conscientizar e organizar as sociedades civis. Lá, como aqui, confunde-se o menino de rua com o marginal. Nin-

guém o vê como a vítima que é. Esse é um ponto importante. Nos dois países impõem-se também uma política neo-liberal que provoca recessão e desemprego, pulverizando famílias e agravando ainda mais o quadro. Então, o que se vê, aqui e lá, são crianças violentadas, vendidas no tráfico da prostituição ou exploradas no trabalho rural escravo. Há, inclusive, uma tabela de preços, que varia de acordo com a cor dos olhos, o sexo, a raça. Uma criança por vinte, trinta mil dólares. Tenho visto caso de crianças com lesões cerebrais irreversíveis, provocadas pela desnutri-

ção. O grande problema dos menores de rua é a marginalização que lhes impõe a sociedade. Uma sociedade que nega a solidariedade às suas crianças é uma sociedade criminosa, que hipoteca seu futuro. Toda a solução passa pela solidariedade".

"... O importante é gerar consciência, atitudes de liberdade, porque não há paz sem liberdade, sem consciência crítica. Compreendemos a paz como uma dinâmica da vida quotidiana. Paz não é ausência de conflito, mas tolerância e compreensão entre os povos. É preciso construir uma cultura da solidariedade, e a UNESP deu um passo fundamental nesse sentido".

O SERPAJ/Brasil, a convite de Esquivel, acompanhou-o durante sua estadia no Brasil, com a presença da coordenadora Maria da Penha que participou de sua agenda em Marília e em São Paulo.

Fonte: Jornal da UNESP

GOLPE CONTRA DIREITOS INDÍGENAS

O governo FHC iniciou a sua política indigenista alterando os procedimentos para a demarcação das terras indígenas com a edição do Decreto 1.775, no dia 8 de janeiro de 1996. No Decreto foi introduzida a figura do contraditório que permite que estados, municípios e invasores das terras indígenas con-

trariados com as demarcações possam impugná-las ou pressionar para a redução dessas áreas.

As organizações indígenas, entidades de apoio, personalidades e políticos estão fazendo uma campanha para anular o novo decreto do governo. Metade das 554 áreas indígenas correm o risco de redução.



A CONJUNTURA E NOSSOS DIREITOS

* *Pedro Wilson Guimarães*

A atual conjuntura deste início de ano apresenta elementos que merecem a nossa reflexão, principalmente no que se refere aos direitos humanos. Não são poucos os defensores das teses neoliberais demonstradas nas reformas constitucionais, como a da Previdência Social e do Estado, propostas pelo governo de FHC. Segundo esses, a Constituição Federal tem várias anomalias, sendo necessárias, portanto, as correções, mesmo que para isso sejam feridos os direitos adquiridos de um povo pobre e trabalhador.

Querem apagar toda uma luta dos trabalhadores, de entidades civis, como o SERPAJ, e dos deputados progressistas durante a Assembleia Nacional Constituinte. Querem excluir as relativas conquistas que o texto constitucional de 1988 possibilitou aos direitos da maioria. As

Argumenta-se que o Estado está falido, que a Previdência Social não suporta aposentadorias por tempo de serviço

propostas de Fernando Henrique Cardoso, longe de buscar ampliar a cidadania no Brasil, pretende, isto sim, desresponsabilizar

o Estado de suas funções sociais.

Argumenta-se que o Estado está falido, que a Previdência Social não suporta aposentadorias por tempo de serviço, que os funcionários públicos são todos marajás, que as universidades federais gastam muito, etc. Mas este mesmo Estado falido tem bilhões para injetar da noite para o dia no sistema financeiro, a fim de evitar a quebra de banqueiros e especuladores. A parte boa dos bancos é vendida; a parte ruim, o Banco Central assume, isto é, nós os contribuintes. Algo em torno de nove bilhões foi inserido no Banco Econômico e no Nacional.

No entanto, o lado social do governo anda meio apagado. Fernando Henrique corre o risco de perder os cinco dedos de sua mão prometidos em campanha. Veja-se o caso da Comunidade Solidária e da Saúde, por exemplo. Quais as ações concretas da Comunidade Solidária? Que resultados se chega após um ano da sua implementação? E ao invés de se criar um novo imposto para cobrir o déficit da saúde, não seria o caso de reescalonar os bilhões entregues aos bancos? Será que este novo imposto irá, verdadeiramente, para os gastos da saúde dos brasileiros?

Sobre a reforma agrária, o governo ainda não deu mostras de sua ação firme. Pelo contrário, tenta criminalizar as reivindicações justas do movimento sem terra. Reforma Agrária é tratada como caso de polícia. Líderes dos sem terra são presos e enquadrados no crime de formação de quadrilha. Ora, a ação dos sem terra tem, isto sim, contribuído para despertar a sociedade para a grave crise que se encontra o campo no Brasil, com seus reflexos na vida urbana e produtiva.

No que se refere à questão indígena, esta conjuntura também não trouxe boas novas, pois, a demarcação de suas terras sofreu um duro golpe quando o Presidente FHC assinou o decreto 1.775, revogando o decreto 2.291/91. Com este novo decreto, 344 áreas indígenas correm o risco de serem contestadas por fazendeiros, garimpeiros, grileiros.

Embora a atual conjuntura esteja marcada pelas ações neoliberais do governo, é preciso reconhecer os sinais da esperança e da utopia que, ao contrário dos que muitos pensam, não acabaram. Pois é a utopia de uma sociedade libertadora, justa e fraterna. É uma utopia que se fundamenta nos princípios éticos que não se esgotam com



quedas de muros, seja aqui ou em Berlim. Aliás estes princípios fortalecem as ações concretas de várias ONG's, associações, sindicatos, entidades de direitos humanos, de ecologia, como o SERPAJ, em buscar cada vez mais derrubar os muros que separam os marginalizados, que excluem os negros de uma cidadania integral, que confinam crianças às diversas atrocidades. Enfim, todos pretendem romper com os muros da miséria, da violência, da discriminação, do desemprego e da própria desesperança. O trabalho destas entidades indica que a organização da sociedade civil, com cidadãos engajados, pode criar um novo patamar de vida ativa e participativa. Portanto, firmes na esperança, vamos ao trabalho!

* Deputado Federal PT/GO, Coordenador do Movimento Nacional dos Direitos Humanos (MNDH). Professor das Universidades Federal de Goiás e Católica de Goiás.

COMISSÃO ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS DO GDF

O Governo do Distrito Federal criou, no ano passado, a Comissão Especial de Direitos Humanos com a participação de secretarias e órgãos do governo e entidades não-governamentais como: SERPAJ/Núcleo Samambaia, MNDH, MST, CIMI, INESC, MNMMR, CEDEP e Baha'is.

A Comissão tem a finalidade de pro-

mover, defender e garantir os direitos humanos e a cidadania no âmbito do Distrito Federal, tal como a apuração e acompanhamento de denúncias de violência ou violações cometidas contra o ser humano, por cidadãos e entidades com poderes para tomar as medidas cabíveis para a sua elucidação.

Todos os membros da Comissão têm livre acesso

e trânsito em qualquer repartição ou órgão da Administração Pública do DF para recolher dados e informações, tomar depoimentos, visitar ci-

O primeiro passo para a criação do CDPH/GDF.

dadãos presos; bem como em espaços privados em que possa estar havendo alguma violação aos direitos huma-

nos, propor ao governador a instalação de Comissões de Sindicância e de Processos Disciplinares e acionar

as polícias civil e militar, para evitar atos atentórios aos direitos humanos.

A Comissão tem mostrado eficiência em casos que tem acompanhado e verdadeiro interesse em eliminar de uma por todas as violações cometidas contra os direitos dos cidadãos brasileiros. Acreditamos, que a criação da Comissão é o primeiro passo para a criação do Conselho dos Direitos da Pessoa Humana do GDF.

SERPAJ DENUNCIA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

O SERPAJ/Brasil, desde que foi fundado, tem a preocupação de discutir e encaminhar propostas concretas sobre todo tipo de violência e discriminação cometidas contra a mulher. Porém, nem sempre conseguiu obter dados concretos para se fazer uma discussão fundamentada em dados oficiais.

Com o objetivo de colher dados sobre as violências e violações cometidas contra a mulher, é que o SERPAJ/Nacional iniciou no mês de janeiro a elaboração de um banco de dados com notícias dos jornais e da delegacia da mulher. Porém, continuamos nos deparando com um fator que acaba restringindo esta pesquisa que é o número de jornais que temos para realizar a mesma, atualmente estamos somente com assinaturas do Correio Brasiliense e a Folha de São Paulo que dão

uma visão mais nacional.

Pretendemos ainda acompanhar e encaminhar casos aos órgãos de responsabilidade, pressionando para que haja punição dos culpados.

Não podemos mais continuar somente ouvindo e criticando a discriminação contra as mulheres, mas sim denunciar e exigir que todas sejam tratadas como pessoas humanas. Portanto, pedimos a você que é militante ou simpatizante do SERPAJ que quando ler em algum jornal, ou revista sobre qualquer violência contra a mulher, mande-nos a reportagem original com o nome do informativo e data, ou façam o encaminhamento de denúncias, pois assim você estará ajudando para que tenhamos mais subsídios para continuar na luta contra a discriminação e a violência.

Angela Stanguerlin



SERPAJ/BRASIL

SDS - Ed. Venâncio V - Sala 313
CEP: 70393-900 Brasília/DF
Telefax: (061) 225 8738

SERPAJ/ARGENTINA
PIEDRAS, 730
1070 BUENOS AIRES
ARGENTINA

IMPRESSO

O SERPAJ/Brasil é membro do SERPAJ/América Latina, Organismo Consultivo da ONU, Status II do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e mantém relações com a UNESCO (Categoria C).